



**PODER EXECUTIVO  
DIVISÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 065/2018  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 044/2018**

**SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/18**

**AMPLA CONCORRÊNCIA**

**PREÂMBULO**

O Município de Presidente Olegário - MG, com endereço na Praça Doutor Castilho nº. 10, Centro, torna pública, aos interessados, a abertura do **PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 065/2018**, na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 044/2018**, para **Registro de Preços**, pelo critério de julgamento **MENOR PREÇO - ITEM**, para **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL LOCAÇÃO DE CAMINHÕES PIPA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NAS LOCALIDADES RURAIS, DESTE MUNICÍPIO, ASSOLADAS PELO PERÍODO DE ESTIAGEM.**

- A convocação para a contratação dos licitantes será realizada em conformidade com a classificação após o certame.

**I - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

1. O pregão terá como Pregoeiro e Equipe de Apoio, aqueles designados pela Portaria Municipal nº 003/2018 e será regido pela Lei Federal nº. 10.520, de 17/07/2002; Lei Complementar nº 123/2006 e Lei Complementar 147 de 07 de agosto de 2014; pelo Decreto Municipal nº. 319/2006 e, subsidiariamente, pela Lei Federal nº. 8.666, de 21/06/93, pelas demais normas pertinentes e pelas condições fixadas neste presente Edital.

**II- OBJETO**

1. - É objeto da presente licitação de **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL LOCAÇÃO DE CAMINHÕES PIPA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NAS LOCALIDADES RURAIS, DESTE MUNICÍPIO, ASSOLADAS PELO PERÍODO DE ESTIAGEM**, conforme descrição e especificação no Anexo I deste instrumento convocatório.

**III – DA DATA DA SESSÃO PÚBLICA**

1. - A sessão pública de abertura deste certame ocorrerá no dia, horário e local especificados abaixo:  
**DIA: 08/06/2018**  
**PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO:** até as 13h00min, impreterivelmente.  
**ABERTURA DOS ENVELOPES:** após o credenciamento, às 13h10min.  
**LOCAL:** Sala de reuniões da Prefeitura, situada na Praça Dr. Castilho nº 10, Centro, em Presidente Olegário/MG.

**IV – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**



1. Poderão participar desta licitação empresas cujo objeto social seja compatível com o objeto licitado e, também:

- 1.1. Estabelecidas no país, que satisfaçam as condições e disposições contidas neste edital e respectivos anexos.
2. Não poderá participar direta ou indiretamente da licitação e do fornecimento de bens necessários:
  - 2.1. Empresas cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão.
  - 2.2. Excepciona-se o disposto acima, quando a sociedade apresentar autorização específica dos sócios para contratar com a Administração objeto diverso do previsto no contrato social ou estatuto, por deliberação representativa do primeiro número inteiro superior à metade do capital social ou outro quórum estabelecido no contrato social (art. 70 da Lei Complementar nº 123/06.)
  - 2.3. Empresas ou sociedades estrangeiras que não funcionem no país;
  - 2.4. Empresas impedidas de licitar ou contratar com a União (art. 7º da Lei nº 10.520/02 e art. 28 do Decreto nº 5.450/05) ou suspensas temporariamente de participar de licitação ou impedidas de contratar com a Administração Pública (Art. 87, III, da Lei nº 8.666/93);
  - 2.5. Empresas proibidas de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 72, § 8º, V da Lei nº 9.605/98;
  - 2.6. Empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;
  - 2.7. Empresas em processo falimentar, em processo concordatário, em recuperação judicial ou extrajudicial;
  - 2.8. Empresas proibidas de contratar com o Poder Público nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa);
  - 2.9. Quaisquer interessados que se enquadre nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666/93.
3. O descumprimento de qualquer condição de participação acarretará a inabilitação do licitante.

---

## V – DA DISPONIBILIDADE E AQUISIÇÃO DO EDITAL

---

1. Para consulta e conhecimento, os interessados poderão adquirir o Edital completo do certame e Anexos nos seguintes endereços:

- 1.1. eletrônico, pelo site: [www.po.mg.gov.br/licitacoes](http://www.po.mg.gov.br/licitacoes);
- 1.2. junto à Divisão de Compras e Licitações, localizada na Praça Dr. Castilho nº 10, Centro, em Presidente Olegário-MG. Telefone: (34)3811-1560.

---

## VI – DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

---

1. A proposta de preços e os documentos de habilitação de cada licitante deverão ser apresentados em envelopes distintos, indevassáveis e colados, sob pena de desqualificação, contendo em sua parte externa os seguintes dizeres:

---

**RAZÃO SOCIAL E ENDEREÇO**  
**“ENVELOPE 1 – PROPOSTA DE PREÇOS”**  
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 065/2018**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº 044/2018**  
**SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/18**

---

---

**RAZÃO SOCIAL E ENDEREÇO**  
**“ENVELOPE 2 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO”**  
**PROCESSO LICITATÓRIO 065/2018**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº 044/2018**  
**SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/18**

---



2. Os referidos envelopes deverão ser protocolados e entregues **até às 13h00min do dia 08 de junho de 2018, impreterivelmente, no Setor de Protocolo** da Divisão de Compras e Licitações, na Praça Dr. Castilho nº 10, Centro.

3. O MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO não se responsabilizará por envelopes de “Proposta de Preços” e “Documentos de Habilitação” entregues diferentemente do exigido no item anterior ou envelopes entregues em outro setor/pessoa.

4. Quaisquer documentos que forem apresentados sem que tenham sido solicitados no edital, serão desprezados durante a conferência pela Comissão de Pregão.

## VII – DO CREDENCIAMENTO

1. O pregoeiro, no dia, local e horário, designados para a sessão pública, procederá ao credenciamento dos interessados na licitação.

2. O horário do credenciamento será até as **13h00min**, e será efetuado conforme a ordem de chegada dos interessados. Após o credenciamento, o Pregoeiro declarará encerrado o mesmo, momento que não mais serão aceitos novos proponentes, iniciando-se, em seguida à abertura da sessão pública.

**2.1. No ato do credenciamento/protocolo, o representante deverá portar todas as cópias necessárias, pois o município não dispõe de equipamento para fazer cópias para as licitantes.**

3. O credenciamento far-se-á através de:

### 3.1. Representante Legal:

- Estatuto Social, Contrato Social (última alteração) ou outro documento de registro comercial no qual conste os poderes necessários para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente, principalmente quanto ao lance verbal e desistência ou manifestação de recurso, juntamente com
- Documento oficial de identificação com foto.
- “Declaração Habilitatória”**, conforme **Anexo III**, dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação solicitados do edital.

### 3.2. Procurador:

- Estatuto ou Registro Comercial ou Contrato Social e última alteração ou documento equivalente devidamente registrado;
- Instrumento público ou particular de procuração, no qual estejam expressos os poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura, juntamente com
- Documento oficial de identificação com foto.
- Sendo o credenciamento feito por instrumento particular de procuração (modelo Anexo II), este deverá possuir firma reconhecida.*
- “Declaração Habilitatória”**, conforme **Anexo III**, dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação solicitados do edital.

### 3.3. Se remetido via postal, deve apresentar, **fora dos envelopes** :

- Estatuto ou Registro Comercial ou Contrato Social e última alteração ou documento equivalente devidamente registrado;
- “Declaração Habilitatória”**, conforme **Anexo III**, dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação solicitados do edital.

4. Os documentos de credenciamento de que tratam os itens 3.1 e 3.2, deverão vir **FORA DOS ENVELOPES** de documentação e proposta e ficarão retidos nos autos.

5. Havendo remessa via postal dos envelopes, ou defeito no credenciamento pela ausência de algum dos documentos tratados nos itens 3.1 e 3.2, a licitante não poderá participar da fase de lances, permanecendo



com sua proposta fixa, bem como não poderá se manifestar acerca da interposição de recurso quando declarado o vencedor.

6. Em todos os casos expostos nos itens “3.1., 3.2., 3.3.”, se a empresa licitante tiver interesse em fazer uso dos benefícios constantes da Lei Complementar nº 123/2006 e Lei Complementar 147/2014, deverá apresentar, no ato do credenciamento, a **Declaração de Condição de Microempresa ou EPP e/ou a Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial emitida nos últimos 60 dias**, sob pena de preclusão do direito de reclamar tais benefícios.

7. Caso haja uma mesma pessoa credenciada para representar mais de uma empresa, será permitido dar lances para uma única empresa.

---

## VIII – DA PROPOSTA DE PREÇOS

---

1. A proposta de preços deverá ser apresentada em uma via, preenchida de forma legível, sem rasuras, emendas, borrões, ressalvas, entrelinhas ou outras omissões que dificultem o seu entendimento e assinada pelo representante legal da empresa. Dela deverá constar obrigatoriamente:

- a) o correto preenchimento de todos os dados solicitados no modelo do Anexo I;
- b) descrição do objeto ofertado, conforme especificações constantes no Anexo I deste edital, incluindo marca;
- c) prazo de validade da proposta, não inferior a 60 (sessenta) dias;

2. A proposta comercial poderá referir-se a um ou mais itens de acordo com a disponibilidade da empresa licitante.

3. Propostas que possuam pequenas incorreções que não acarretem lesões ao direito das demais licitantes, poderão ser retificadas pelo representante legal da empresa ou seu mandatário na sessão pública do pregão, após autorização do pregoeiro que terá autonomia para decidir sobre o que determina por pequenas incorreções.

4. Erros de soma e/ou multiplicação apurados nos itens da planilha de preços poderão ser corrigidos pelo Pregoeiro após a solicitação do licitante, isto significa que o pregoeiro não poderá, de ofício, alterar as propostas.

5. Só serão admitidas propostas que ofertem apenas um preço para cada item desta licitação.

6. Os preços ofertados somente serão apreciados se contendo duas casas decimais, caso contrário será desprezado o excedente.

7. A apresentação da proposta por parte da licitante significa **pleno conhecimento e integral concordância** com os Títulos e condições deste edital e total sujeição à legislação pertinente.

8. As propostas de preços deverão ser apresentadas, preferencialmente, no padrão do modelo constante do Anexo I deste edital, no entanto, se houver informações inerentes ao objeto licitado, deverão ser acrescentadas pelo licitante ficando este o único responsável por apresentá-las. Caso utilize de modelo próprio, fazer constar os dados da empresa, dados bancários e dados do responsável legal para celebração do contrato.

9. Nos preços propostos deverão estar incluídos todos os tributos, reparos e manutenção, salários dos motoristas, encargos sociais, financeiros e trabalhistas, taxas, uniformes, EPIs e o que mais se fizer necessário além de quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre a prestação do serviço do objeto da presente licitação, os quais ficarão a cargo única e exclusivamente da contratada.

---

## IX – DA HABILITAÇÃO

---

1. – Com o objetivo de comprovar a sua situação de regularidade, a empresa licitante deverá apresentar:

- 1.1. **Comprovante de Inscrição e Situação Cadastral** emitido pela Receita Federal do Brasil;
- 1.2. **Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União**;
- 1.3. Prova de **regularidade** para com a **Fazenda Estadual e Municipal** do domicílio ou sede da empresa licitante;
- 1.4. **Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS**, emitido pela Caixa Econômica Federal;



**1.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT**, expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho, nos termos da Lei nº 12.440/11.

**1.6. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial/extrajudicial** expedida cartório pelo distribuidor da sede do licitante, nos últimos 60 (sessenta) dias antes da entrega das propostas;

**1.7. Comprovante de propriedade do veículo;**

**1.8.** Juntamente com os documentos referidos nas cláusulas anteriores será apresentada, para fins de habilitação, **Declaração**, assinada pelo representante legal da empresa, firmada, sob as penas da lei, de que:

**1.8.1.** a empresa não se acha declarada inidônea para licitar e contratar com o Poder Público ou suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração Municipal;

**1.8.2.** a empresa não possui trabalhadores menores de 18 anos realizando trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, segundo determina o inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93 (com redação dada pela Lei nº 9.854 de 27 de outubro de 1999), salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, na forma da Lei;

**1.8.3.** assume o compromisso de declarar a superveniência de qualquer fato impeditivo à sua habilitação.

**1.8.4.** de disponibilidade de recursos humanos e materiais, equipamentos, ferramentas necessários ao cumprimento do objeto desta licitação, assinada pelo representante legal da empresa.

**1.9. No mínimo, 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica** fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, no qual comprove que a licitante tenha prestado, de forma satisfatória, serviços com o objeto deste edital ou serviços equivalentes, observando-se que tal(is) atestado(s) não seja(m) emitido(s) pela própria empresa ou por empresa do mesmo grupo empresarial. No atestado deverá conter as seguintes informações:

- Nome, CNPJ e endereço completo do emitente;
- Nome da empresa que prestou(s) o(s) serviço (s);
- Data de emissão;
- Assinatura e identificação do signatário (nome e cargo ou função que exerce junto à emitente)

**2.** Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia (legível) autenticada por Cartório competente ou autenticadas na Prefeitura Municipal de Presidente Olegário, mediante apresentação do original, durante a habilitação pelo Pregoeiro ou no ato do credenciamento por funcionário autorizado, ou ainda publicação em Órgão da Imprensa Oficial.

**3.** Os documentos emitidos pela Internet serão aceitos, estando sujeitos à verificação de sua autenticidade na hora da abertura – Habilitação.

**4.** A Microempresa – ME, a Empresa de Pequeno Porte - EPP ou equiparado, deverá apresentar toda a documentação exigida para a habilitação, inclusive os documentos comprobatórios da regularidade fiscal, mesmo que estes apresentem alguma restrição.

**5.** Havendo restrição nos documentos comprobatórios da regularidade fiscal de ME ou EPP, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a ME ou EPP for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério do Município de Presidente Olegário, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito denegativa.

**6.** A não regularização da documentação, no prazo previsto no item anterior, implicará decadência do direito à contratação, sendo facultado ao Pregoeiro convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou submeter o processo à autoridade competente para revogação.





1. Encerrado o prazo de credenciamento, o Pregoeiro declarará aberta a sessão pública, recebendoos envelopes contendo a proposta de preços e os documentos de habilitação, respeitando-se a ordem de credenciamento efetuada.

## **2. Classificação das propostas comerciais:**

2.1. Abertos os envelopes de Propostas de Preços, serão analisadas e verificadas o atendimento a todas as especificações e condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, sendo imediatamente desclassificadas aquelas que estiverem em desacordo.

2.2. O pregoeiro classificará o autor da proposta de **MENOR PREÇO** por **ITEM** e aqueles que tenham apresentado propostas em valores superiores em até 10% (dez por cento) à proposta de menor preço, para participarem dos lances verbais.

2.3. Se não houver, no mínimo, três propostas de preços nas condições definidas na cláusula anterior, o Pregoeiro classificará as melhores propostas subsequentes, até o máximo de três, para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas apresentadas.

## **3. Lances Verbais**

3.1. Aos licitantes classificados, será dada a oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais.

3.2. Se duas ou mais propostas, em absoluta igualdade de condições, ficarem empatadas, será realizado sorteio em ato público, para definir a ordem de apresentação de lances.

3.3. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará na exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelos licitantes, para efeito de posterior ordenação das propostas.

3.4. O valor de decréscimo dos lances será de, no mínimo, **0,5% (meio por cento)** do menor valor apresentado ou conforme estabelecido pelo pregoeiro na sessão pública de pregão presencial.

## **4. Julgamento**

4.1. O critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO** ofertado por **ITEM**, observadas as demais condições definidas neste Edital.

4.2. Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.

4.2.1. Caso não se realizem lances verbais será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado da contratação.

4.2.2. Havendo apenas uma oferta e desde que atenda a todos os termos do edital e que seu preço seja compatível com o valor estimado da contratação, esta poderá ser aceita.

4.3. Sendo aceitável a oferta de menor preço, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que a tiver formulado, para confirmação das suas condições de habilitação.

4.4. Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias será declarado o proponente vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto para o qual apresentou proposta.

4.5. Se a proposta não for aceitável ou se o proponente não atender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a verificação das condições de habilitação do proponente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo o respectivo proponente declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto deste edital, para o qual apresentou proposta.

4.6. Apurada a melhor proposta que atenda ao edital, o Pregoeiro poderá negociar para que seja obtido um melhor preço.

5. Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio e pelos licitantes.

6. Havendo interesse de algum licitante em interpor recursos, serão recolhidos os envelopes de habilitação de todos os participantes, até o julgamento dos recursos.

7. O pregoeiro devolverá os envelopes de “documentos de habilitação”, inviolados, nos seguintes casos:

---



- 7.7.1. após a decisão dos recursos, os licitantes julgados desclassificados em todos os itens;  
7.7.2. após a efetiva entrega pelo vencedor do objeto licitado;  
8. A sessão pública deste pregão será gerenciada pelo Pregoeiro Oficial e sua equipe de apoio.

---

## **XI – DOS RECURSOS**

---

1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá imediata e motivadamente, manifestar a intenção de recorrer, o que será, preliminarmente, avaliado quanto a sua aceitabilidade, pelo Pregoeiro.
2. Sendo aceito na preliminar o recurso, a síntese do mesmo será lavrada em ata, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias úteis para apresentar as razões, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões, em outros três dias úteis, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
3. O licitante poderá também apresentar as razões no ato do pregão, as quais serão levadas a termo na respectiva ata, ficando todos os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões no prazo de 03 dias úteis, contados da lavratura da ata, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.
4. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso.
5. Os recursos deverão ser decididos no prazo de 05 dias úteis.
6. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
7. O resultado do recurso será divulgado mediante afixação no quadro de avisos desta Instituição e comunicado a todos os licitantes via correio eletrônico.
8. A petição e respectivas contrarrazões deverão obedecer aos seguintes requisitos, sob pena de não serem conhecidas:
  - 8.1. ser dirigidas ao Pregoeiro(a), no prazo de 3 (três) dias úteis, conforme estabelecido no item 2 deste Título, que deverá decidir, auxiliado pelo setor jurídico;
  - 8.2. ser encaminhadas para o endereço eletrônico [compras@po.mg.gov.br](mailto:compras@po.mg.gov.br), ou protocolizadas na sala da Divisão de Compras e Licitações em uma via original, emitida por computador, contendo razão social, número do CNPJ ou CPF e endereço da empresa, rubricadas em todas as folhas e assinadas pelo representante legal ou credenciado do licitante, acompanhadas de cópia do documento de identificação e CPF do signatário e comprovante do poder de representação legal.
9. O resultado do recurso será divulgado mediante afixação no quadro de avisos desta Instituição e comunicado a todos os licitantes via correio eletrônico.

---

## **XII– DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

---

1. A Ata de Registro de Preços poderá ser usada por todos os órgãos da Administração direta e autárquica do Município.
  2. Adjudicado o objeto da presente licitação, a licitante adjudicatária será convocada para assinar a Ata de Registro de Preços em até 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação a este fim, sob pena de decair do direito a registro, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº. 8.666/93 e no presente edital.
  3. A notificação poderá se dar via e-mail, correspondência com aviso de recebimento ou por meio de publicação no Órgão Oficial do Estado.
  4. Como condição para celebração da Ata de Registro de Preços, o licitante vencedor deverá manter as mesmas condições de habilitação.
  5. Quando o convocado não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e condições estabelecidas neste Edital, o Pregoeiro poderá convocar os proponentes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições constantes da proposta vencedora ou revogar a licitação, além de aplicar as devidas penalidades ao convocado que não assinar.
  6. Farão parte integrante da Ata de Registro de Preços o presente Edital e seus anexos, bem como os documentos constantes do processo e que tenham servido de base para a presente licitação.
-



7. A Ata de Registro de Preços se regerá pelas cláusulas e disposições nela constantes, pelas demais disposições constantes do presente Edital, pelas disposições contidas na lei 10.520/02 e subsidiariamente a Lei 8.666/93, com as alterações dela decorrentes, bem como pelas demais disposições legais aplicáveis à espécie do objeto da presente licitação, por mais especiais que sejam e mesmo aqui ou na minuta da Ata de Registro de Preços não mencionada.
8. A Administração deverá providenciar a publicação resumida da Ata de Registro de Preços e de suas eventuais prorrogações.
9. A execução do contrato decorrente da Ata de Registro de Preços terá o seu início a partir da formalização do mesmo.
10. A detentora da Ata fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste instrumento, os acréscimos ou supressões, nos limites e nas hipóteses previstas no art. 65, da Lei 8.666/93, com as alterações dela decorrentes.
11. A existência de preços registrados não obriga a Administração Pública a firmar contratação.
12. A Administração Pública se reserva o direito de contratar apenas o que lhe for necessário dos itens registrados, de acordo com a sua demanda.
13. A Administração Pública se reserva o direito de recusar todo e qualquer produto e/ou serviço que não atender as especificações contidas no presente Edital ou que sejam considerados inadequados.
14. A Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida pelos motivos previstos nos artigos 77 e 78 e na forma disposta pelo artigo 79 e consequências previstas no artigo 80, todos da Lei nº 8.666/93, com as alterações dela decorrentes.
15. Também poderá ocorrer a rescisão por conveniência da Administração, a qualquer tempo e mediante notificação prévia no prazo mínimo de 10 (dez) dias.
16. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços decorrente deste Edital é de 12 (doze) meses.
17. Somente por expressa autorização poderá haver subcontratação total ou parcial do objeto. Não será permitida a associação da Detentora da Ata com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, salvo prévia e expressa autorização da Administração.

---

### **XIII – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO REGISTRO DE PREÇOS**

---

1. Para a adjudicação, o pregoeiro **poderá** utilizar **também**, como parâmetro, **além do preço médio**, o **menor preço** obtido na pesquisa de preços de mercado, portanto não se obriga a adjudicar itens acima desses valores.
2. Para cumprimento do disposto no §3º, art. 48 da Lei 123/06 **poderá** pregoeiro adjudicar itens às microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, **até** o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido.
3. Inexistindo manifestação recursal, o Pregoeiro adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor, com a posterior homologação do resultado pela Autoridade Competente.
4. Decididos os recursos porventura interpostos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a Autoridade Competente adjudicará o objeto ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.
5. Após a homologação da presente licitação, será assinada **Ata de Registro de Preços** entre as partes.
6. É facultado à Administração, quando a proponente vencedora não atender à convocação para assinatura da **Ata de Registro de Preços**, a ser realizada em até 20 (vinte) dias após a homologação da licitação, nos termos supra referidos, convocar outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação para, comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, assinar a **Ata de Registro de Preços**, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

---

### **XIV – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

---





1. A recusa do adjudicatário em fornecer os produtos no prazo estabelecido pelo MUNICÍPIO, bem como o atraso, caracterizará descumprimento da obrigação assumida e permitirá a aplicação das seguintes sanções pelo MUNICÍPIO:

1.1.advertência, que será aplicada sempre por escrito;

1.2.multas;

1.4.suspensão temporária do direito de licitar com o Município de Presidente Olegário;

1.5.indenização ao MUNICÍPIO da diferença de custo para aquisição dos produtos de outro licitante;

1.6.declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, no prazo não superior a cinco anos.

2. Será aplicada multa a razão de 0,3% (três décimos por cento) sobre o valor total do serviço, por dia de atraso na inexecução do contrato;

3. Será aplicada multa a razão de 3,0% (três por cento) sobre o valor total do serviço, por inexecução parcial das obrigações contratuais;

4. O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor da aquisição.

5. As sanções previstas neste capítulo poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração, facultada ampla defesa ao LICITANTE, no prazo de cinco dias úteis a contar da intimação do ato.

6. Extensão das penalidades:

6.1. A sanção de suspensão de participar em licitação e contratar com a Administração Pública poderá ser também aplicada àqueles que:

a) retardarem a execução do pregão;

b) demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração

c) fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal.

---

## XV – DO PAGAMENTO

---

1. - Os pagamentos serão efetuados após a emissão da Nota Fiscal, cumpridas todas as formalidades legais anteriores a este ato.

2. - Os pagamentos serão efetuados de maneira quinzenal ou mensal, conforme planilha de medição apresentada.

3. – Os pagamentos serão efetuados, em até 10 dias, através de crédito em conta corrente bancária, devendo a empresa vencedora apresentar o número de conta, o banco e a agência junto ao corpo da Nota Fiscal ou em anexo.

**3.1. - Em caso de alteração de conta bancária, a contratada deverá comunicar, formalmente, à Secretaria Municipal de Fazenda para que seja feita a retificação da conta cadastrada.**

4.A despesa com a aquisição está estimada em **R\$ 234.000,00 (duzentos e trinta e quatro mil)** conforme o orçamento estimativo realizado pelo Setor de Compras e Licitações e correrá à conta das dotações orçamentárias abaixo, relativas ao exercício de 2018.

**Ficha:**

**615 - 02.07.01.17.511.1702.2040.3.3.90.39.00.Outros Serv. Terceiros - Pessoa Jurídica**

4.Somente serão efetuados pagamentos para as notas fiscais emitidas pelo participante do processo licitatório, ou seja, mesmo CNPJ, sob pena de rescisão de contrato, não sendo admitido pagamento para outrem através de procuração (Decreto Municipal nº 987 de 14 de junho de 2017).

5. Havendo necessidade, poderão ser acrescentadas novas dotações ao processo por meio de apostilamento de ficha.

---

## XVI – DA EXECUÇÃO

---



1. A Licitante vencedora do certame se responsabiliza pela execução dos serviços, conforme objeto do presente Edital, que deverá ser iniciada após a emissão da Ordem de Serviço. A convocação para a contratação dos licitantes, será realizada em conformidade com a classificação após a licitação.
2. **Caso haja precipitação pluviométrica suficiente para garantir o abastecimento natural de água nas localidades, os serviços deverão ser cessados e o contrato poderá ser rescindido. Destarte, fica de responsabilidade do Secretário Municipal de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Meio Ambiente comunicar à Contratada no prazo máximo de 5 (dias) a suspensão do serviço.**
3. A água distribuída nas localidades **deverá ser potável.**
4. Não será permitido a licitante vencedora do certame prestar serviços a terceiros durante a vigência do contrato com esse município, exceto em acasos mediante autorização do Secretário Municipal de Agricultura.
5. O serviço será executado de segunda a sexta-feira, compreendendo 8 horas diárias, salvo em contingências.
6. O motorista, a manutenção do caminhão e quaisquer outras despesas que se fizerem necessárias serão de responsabilidade exclusiva da Contratada.
7. A prefeitura se responsabilizará pelo custo do combustível, e ressalta-se que não será permitido o abastecimento em galões.
8. Os caminhões deverão ficar nas localidades de Andrequicé, Cruzeiro da Prata e na sede da Secretaria Municipal de Estradas e Transportes. Portanto no Andrequicé e no Cruzeiro da Prata, os caminhões deverão atender toda a região, em conformidade com a solicitação do Secretário Municipal Júlio dos Reis Pereira, por outro lado, o caminhão localizado na Secretaria Municipal de Estradas e Transportes, deverá acatar todas as determinações do Secretário Municipal José Simão Porto.
9. Deste modo, os caminhões situados nas localidades rurais só deverão se deslocar até a sede do Município para abastecimento ou por eventualidades.
10. A prefeitura fornecerá alimentação para o motorista, em contrapartida o aposento será de responsabilidade do mesmo.
11. Para a execução do serviço, é necessário que os caminhões possuam as seguintes características:
  - a. Caminhão toco, turbinado/reduzido;
  - b. Estrutura básica de segurança;
  - c. Tanque com capacidade de 8000L de água;
  - d. Altura máxima de 3,00m do solo até o ponto mais alto;
  - e. Bomba acoplada para “carregar/descarregar” água;
  - f. Mangote com extensão mínima de 20m;
12. Deverá a contratada disponibilizar os motoristas para condução dos veículos.
13. A licitante vencedora do certame fica obrigada a cumprir fielmente todas as determinações do Secretário Municipal de Agricultura.
14. Nas localidades de Andrequicé e Cruzeiro da Prata, os fiscais do contrato, acompanharão a execução do serviço para averiguarem o correto andamento do mesmo, sendo eles:
  - 14.1 - Comunidade de Andrequicé: Ronildo Gabriel da Silva, contato (34) 99794-6715;
  - 14.2 - Cruzeiro da Prata: Juscelino Alves Neto, Contato (34) 3811-3018
15. Na comunidade de Cruzeiro da Prata possui dois pontos de captação estratégicos, sendo um a 7km, no Rio do Peixe e outro a 16 km da comunidade no Córrego Espírito Santo, já na comunidade do Andrequicé a captação fica na comunidade mesmo e na galena fica a 1,5 km da comunidade
16. **A não execução, a execução incompleta ou insatisfatória dos serviços, além do descumprimento das cláusulas sujeitará à contratada as sanções administrativas previstas neste instrumento.**

---

## XVII - DA VIGÊNCIA

---

1. A presente contratação será efetivada pelo período de 06 (seis) meses, contado da lavratura da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.
-



2. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor e desde que ocorra motivo aceito pela administração conforme determinação do Decreto 7892 de 23 de janeiro de 2013, não podendo ultrapassar o total de doze meses incluindo as eventuais prorrogações.

---

## **XVIII – CONSULTAS, ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**

---

1. – O edital encontra-se disponível na internet, no site [www.po.mg.gov.br](http://www.po.mg.gov.br) ou, ainda, poderá ser obtida a cópia na sala da Divisão de Compras e Licitações, no horário de 12 às 17 horas.

2. - As empresas e/ou representantes que tiverem interesse em participar do certame obrigam-se a acompanhar as publicações referentes ao processo no site [www.po.mg.gov.br](http://www.po.mg.gov.br), bem como as publicações no Diário Oficial de Minas Gerais, quando for o caso, com vista a possíveis alterações e avisos.

3 - Os pedidos de esclarecimentos sobre o edital poderão ser encaminhados para o e-mail [compras@po.mg.gov.br](mailto:compras@po.mg.gov.br), até 2 (dois) dias úteis antes da data marcada para abertura das propostas.

3.1 - As respostas do(a) Pregoeiro(a) às solicitações de esclarecimentos serão encaminhadas por e-mail ou disponibilizada no site [www.po.mg.gov.br](http://www.po.mg.gov.br) no campo “LICITAÇÕES > EDITAIS”, no link correspondente a este edital, ficando acessíveis a todos os interessados.

4 - No link correspondente ao edital serão disponibilizadas, além das respostas, outras informações que o(a) Pregoeiro(a) julgar importantes, razão pela qual os interessados devem consultar o site com frequência.

5 - Impugnações aos termos deste Edital poderão ser interpostas por cidadão, até o 5º dia útil, e por licitantes, até o 2º dia útil, que anteceder a abertura das propostas, mediante petição a ser enviada, preferencialmente, para o endereço eletrônico [compras@po.mg.gov.br](mailto:compras@po.mg.gov.br), [procuradoria@po.mg.gov.br](mailto:procuradoria@po.mg.gov.br), [assessoriajuridica@po.mg.gov.br](mailto:assessoriajuridica@po.mg.gov.br) ou protocolizadas na Divisão de Compras e Licitações, dirigidas ao(a) Pregoeiro(a), que deverá decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, auxiliado pelo setor jurídico.

5.1 - A petição deverá ser assinada pelo cidadão ou pelo licitante, acompanhada de cópia de seu documento de identificação e CPF, ou pelo representante legal ou credenciado do licitante, com indicação de sua razão social, número do CNPJ e endereço, do documento de identificação e CPF do signatário e comprovante do poder de representação legal (contrato social, se sócio, contrato social e procuração, se procurador, somente procuração, se pública).

5.1.1 - Os documentos citados no subitem 5.1 poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor público da Divisão de Compras e Licitações ou publicação em órgão da imprensa oficial, nos termos do art. 32, caput, c/c art. 38, inciso IV, ambos da Lei nº 8.666/93.

5.2 - O Município de Presidente Olegário não se responsabilizará por impugnações endereçadas por outras formas ou outros endereços eletrônicos, e caso não tenha sido acusado recebimento pelo Pregoeiro, e que, por isso, sejam intempestivas.

5.3 - Acolhida a impugnação, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas, conforme art. 21, §4º, da Lei nº 8.666/93.

5.4 - A decisão do Pregoeiro será enviada ao impugnante por e-mail, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, e será divulgada no site deste Município para conhecimento de todos os interessados.

---

## **XIX – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

---

1. Este Edital deverá ser lido e interpretado na íntegra sendo considerado totalmente aceito após apresentação da documentação e da proposta de preços, momento que não serão aceitos alegações de desconhecimento ou discordância de seus termos.

2. Os proponentes interessados tanto nas “propostas de preços” como dos “documentos de habilitação” poderão, a qualquer tempo, solicitar, junto ao Pregoeiro, vista dos autos do processo.

---



3.É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase desde Pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, **vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.**

4. É vedado ao licitante retirar sua proposta ou parte dela após a abertura da sessão do pregão.

5. O objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimos ou supressões, conforme previsto no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

6. A presente licitação somente poderá ser revogada ou anulada, conforme previsto na legislação pertinente.

7. O Pregoeiro, no interesse da Administração, poderá relevar omissões puramente formais observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação, sendo possível a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

8. Ficarão retidos, pelo prazo de 30 (trinta) dias, os envelopes de todas as empresas participantes do certame; expirado esse prazo, os representantes das empresas participantes terão o prazo improrrogável de 15 (quinze) dias para retirada dos envelopes de documentação. Caso não seja observado o prazo aqui previsto, o(s) envelope(s) de documentação será(ao) destruído(s), o que implica em renúncia do direito a possíveis reclamações.

9.Fica eleito o foro da Comarca de Presidente Olegário, Estado de Minas Gerais, para dirimir eventuais conflitos de interesses decorrentes desta licitação, valendo esta cláusula como renúncia expressa a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

11. - Constituem anexos do presente edital, dele fazendo parte integrante:

- **Anexo I** — Proposta de Preços
- **Anexo II** — Modelo de Credenciamento;
- **Anexo III** — Declaração Habilitatória;
- **Anexo IV** — Declaração de Idoneidade;
- **Anexo V** — Declaração de Condição de Microempresa ou EPP;
- **Anexo VI** — Planilha De Controle Caminhão Pipa - 2018
- **Anexo VII** — Minuta de Contrato;
- **Anexo VIII** — Termo de Referência.

Presidente Olegário, 17 de maio de 2018.

***Cleverson Carlos dos Santos Araujo***  
**Pregoeiro Oficial**  
**Município de Presidente Olegário**



Município de Presidente Olegário - MG  
Pç. Dr Castilho – 10, Centro – 38750-000  
☎ (34) 3811-1560 - (34) 3811-1231  
[www.po.mg.gov.br](http://www.po.mg.gov.br) - E-mail: [compras@po.mg.gov.br](mailto:compras@po.mg.gov.br)

---

**ANEXO I**  
**PREGÃO PRESENCIAL 044/2018**  
**PROCESSO DE LICITAÇÃO: 065/2018**  
**PROPOSTA DE PREÇOS**

---

**Razão Social do Licitante:**

CNPJ: Insc. Estadual:  
Endereço: CEP: \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_  
Cidade: Estado:  
Telefone : Fax : e-mail :

---

**INFORMACÕES PARA PAGAMENTOS (QUALQUER BANCO / "PREFERENCIALMENTE" BANCO DO BRASIL):**

Banco: Agência: Conta:

---

**REPRESENTANTE LEGAL PARA FINS DE ASSINATURA DO CONTRATO:**

Nome:  
Endereço: CEP:  
Identidade: Órgão expedidor/UF: Data de Expedição:  
Estado Civil: Nacionalidade:  
CPF: e-mail:

---





**ANEXO I**  
**PREGÃO PRESENCIAL 044/2018**  
**PROCESSO DE LICITAÇÃO 065/2018**  
**PROPOSTA DE PREÇOS**  
**SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/18**

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Especificação	Valor Unitário	Valor Total
00001	LOCAÇÃO DE CAMINHÃO PIPA 1	M	6	LOCAÇÃO DE CAMINHÃO PIPA 1 CAMINHÃO TOCO, TURBINADO/REDUZIDO; ESTRUTURA BÁSICA DE SEGURANÇA; TANQUE COM CAPACIDADE DE 8000L DE ÁGUA; ALTURA MÁXIMA DE 3,00M DO SOLO ATÉ O PONTO MAIS ALTO; BOMBA ACOPLADA PARA "CARREGAR/DESCARREGAR" ÁGUA; MANGOTE COM EXTENSÃO MÍNIMA DE 20M;		
00002	LOCAÇÃO DE CAMINHÃO PIPA 2	M	6	LOCAÇÃO DE CAMINHÃO PIPA 2 CAMINHÃO TOCO, TURBINADO/REDUZIDO; ESTRUTURA BÁSICA DE SEGURANÇA; TANQUE COM CAPACIDADE DE 8000L DE ÁGUA; ALTURA MÁXIMA DE 3,00M DO SOLO ATÉ O PONTO MAIS ALTO; BOMBA ACOPLADA PARA "CARREGAR/DESCARREGAR" ÁGUA; MANGOTE COM EXTENSÃO MÍNIMA DE 20M;		
00003	LOCAÇÃO DE CAMINHÃO PIPA 3	M	6	LOCAÇÃO DE CAMINHÃO PIPA 3 CAMINHÃO TOCO, TURBINADO/REDUZIDO;		



Município de Presidente Olegário - MG

Pç. Dr Castilho – 10, Centro – 38750-000

☎ (34) 3811-1560 - (34) 3811-1231

[www.po.mg.gov.br](http://www.po.mg.gov.br) - E-mail: [compras@po.mg.gov.br](mailto:compras@po.mg.gov.br)

				ESTRUTURA BÁSICA DE SEGURANÇA; TANQUE COM CAPACIDADE DE 8000L DE ÁGUA; ALTURA MÁXIMA DE 3,00M DO SOLO ATÉ O PONTO MAIS ALTO; BOMBA ACOPLADA PARA "CARREGAR/DESCARREGAR" ÁGUA; MANGOTE COM EXTENSÃO MÍNIMA DE 20M;		
--	--	--	--	---	--	--

**Valor Total:**

**Carimbo**

**Validade da Proposta: 60 DIAS**

Declaramos para todos os efeitos legais que, ao apresentar esta proposta, com os preço e prazos acima indicados, estamos de pleno acordo com as condições gerais e especiais estabelecidas para esta licitação, as quais nos submetemos incondicional e integralmente.

Declaramos também que até a presente data inexistem fatos impeditivos a participação desta empresa ao presente certame licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Assinatura: \_\_\_\_\_ Data \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



**PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 065/2018**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº. 044/2018**

**SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/18**

**ANEXO II**

**MODELO DE CREDENCIAMENTO (PROCURAÇÃO)**

**OUTORGANTE:** A \_\_\_\_\_ (nome da empresa/pessoa física), CNPJ/CPF \_\_\_\_\_, com sede à \_\_\_\_\_, neste ato representada pelo(s) \_\_\_\_\_ (diretores ou sócios, com qualificação completa – nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço).

**OUTORGADO:** Senhor(es) \_\_\_\_\_ (nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço).

**PODERES:** A quem confere poderes para, junto ao Município de Presidente Olegário, ..... praticar os atos necessários para representar a outorgante na licitação em epígrafe, usando dos recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhe(s) ainda, poderes especiais para:

- desistir de recursos e do prazo recursal;
- interpor recursos;
- apresentar lances verbais;
- assinar declarações e outros documentos;
- negociar preços e demais condições;
- confessar, transigir, desistir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar Quitação, podendo ainda, substabelecer-se esta para outrem, com ou sem reserva de poderes.

..... de..... de 2018.

**OUTORGANTE (RECONHECER FIRMA)**



**PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 065/2018**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº. 044/2018**

**SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/18**

**ANEXO III**

**DECLARAÇÃO HABILITATÓRIA**

A empresa \_\_\_\_\_, CNPJ \_\_\_\_\_ para fins de atendimento ao inciso VII do art. 4º da Lei nº 10.520 de 17.07.02, DECLARA, sob as penas da lei, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação solicitados no edital e que tem conhecimento de que fatos supervenientes ou conhecidos após o julgamento poderão implicar na desclassificação desta empresa.

....., ..... de ..... de 2018.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Diretor ou Representante Legal da Empresa



**PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 065/2018**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº. 044/2018**

**SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/18**

**ANEXO IV**

**DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE**

A empresa \_\_\_\_\_, CNPJ \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, cidade \_\_\_\_\_/UF, CEP: \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_ DECLARA, sob as penas da lei, que:

- a empresa não se acha declarada inidônea para licitar e contratar com o Poder Público ou suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração Municipal;
- para fins do disposto no inciso V, art. 27, da Lei federal nº 8.666/93, cumprindo o disposto no inciso XXXIII, art. 7º, da Constituição Federal, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos;
- assume o compromisso de declarar a superveniência de qualquer fato impeditivo à sua habilitação.
- tem disponibilidade de recursos humanos e materiais, equipamentos e ferramentas necessários ao cumprimento e efetiva entrega do objeto desta licitação.

( ) Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de 2018.

---

Assinatura do Diretor ou Representante Legal da Empresa

---





**PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 065/2018**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº. 044/2018**

**SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/18**

**ANEXO V**

**DECLARAÇÃO DE CONDIÇÃO DE ME OU EPP**

A empresa \_\_\_\_\_, com inscrição no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, por intermédio do seu representante legal, o(a) Sr(a). \_\_\_\_\_, portador do CPF nº \_\_\_\_\_ e RG \_\_\_\_\_, DECLARA, sob as penas da Lei, que cumpre os requisitos legais para qualificação como \_\_\_\_\_, nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e que não está sujeita a quaisquer dos impedimentos do § 4º do mencionado artigo, estando apta a usufruir do tratamento favorecido, de acordo com o disposto nos arts. 42 a 49 da citada Lei e Complementar 147 de 07 de agosto de 2014 que altera a Lei Complementar 123/06.

(☐) Declaramos possuir restrição fiscal no(s) documento(s) de habilitação e pretendemos utilizar o prazo previsto no art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123/06 e nº 147/14, para regularização, estando ciente que, do contrário, decairá o direito à contratação, estando sujeita às sanções previstas no art. 81 da Lei Federal nº 8.666/93.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

\_\_\_\_\_  
REPRESENTANTE LEGAL

\_\_\_\_\_  
CONTADOR DA EMPRESA/CRC

Obs.: \* Declaração a ser emitida em papel timbrado, ou em papel simples, com carimbo da empresa, de forma que identifique a proponente.

---



Município de Presidente Olegário - MG

Pç. Dr Castilho – 10, Centro – 38750-000

☎ (34) 3811-1560 - (34) 3811-1231

[www.po.mg.gov.br](http://www.po.mg.gov.br) - E-mail: [compras@po.mg.gov.br](mailto:compras@po.mg.gov.br)

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 065/2018**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº. 044/2018**

**SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/18**

**ANEXO VI**

**PLANILHA DE CONTROLE CAMINHÃO PIPA - 2018**

Período: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ a \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Localidade: \_\_\_\_\_ Placa Caminhão: \_\_\_\_\_

Hodometro Inicial: \_\_\_\_\_ Hodometro Final: \_\_\_\_\_

Nome do Motorista: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

DATA	PROPRIEDADE	PROPRIETÁRIO	CPF	TELEFONE	ASSINATURA

\_\_\_\_\_  
Fiscal do Contrato

\_\_\_\_\_  
Gestor do Contrato

**Observação:** O pagamento dos serviços realizados ficará condicionado ao preenchimento completo da planilha de controle com as devidas assinaturas dos produtores rurais beneficiados, como também, do motorista, fiscal e gestor do contrato.



Município de Presidente Olegário - MG  
Pç. Dr. Castilho – 10, Centro – 38750-000  
☎ (34) 3811-1560 - (34) 3811-1231

[www.po.mg.gov.br](http://www.po.mg.gov.br) - E-mail: [compras@po.mg.gov.br](mailto:compras@po.mg.gov.br)

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 065/2018**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº. 044/2018**

**SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/18**

**MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº \_\_\_\_\_ /2018**

**Processo Licitatório nº.: 065/2018**

**Pregão Presencial n.º 044/2018**

**Registro de Preços nº.: 002/2018**

**Fiscal do Contrato: Júlio dos Reis Pereira**

**Gestor do Contrato: José Simão Porto**



Por este contrato administrativo de prestação de serviços, que fazem entre si, de um lado o **MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 18.602.060/0001-40, sediado na Praça Doutor Castilho, nº 10, Centro, em Presidente Olegário – MG, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor **JOÃO CARLOS NOGUEIRA DE CASTILHO**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador do RG nº 211.171 da SSP/DF e do CPF nº 096.557.941-72, residente e domiciliado na Rua José Félix, nº 59, Centro, em Presidente Olegário - MG, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado, a empresa \_\_\_\_\_ pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob nº. \_\_\_\_/\_\_\_\_-\_\_, sediada \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, bairro \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_ – \_\_, neste ato **REPRESENTADA** por seu/sua representante legal o (a) Sr(a). \_\_\_\_\_, inscrito (a) no CPF nº. \_\_\_\_-\_\_, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem firmar o presente Contrato, sob a regência das Leis Federais nºs. 8.666/93 e 10.520/2002 e Decreto nº. 319/2006, naquilo que couber, e mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS FUNDAMENTOS LEGAIS**

O contrato em tela será firmado de total acordo com o que estabelece a Lei de Licitações (Lei nº. 8.666/93), e suas posteriores alterações, integrantes do Processo Licitatório nº. 065/2018 - Pregão Presencial nº. 044/2018.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO**

O objeto do presente contrato é o registro de preço para futura e eventual locação de caminhões pipa para prestação de serviço de abastecimento de água nas localidades rurais, deste Município, assoladas pelo período de estiagem.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

**1. São obrigações da CONTRATANTE:**

- a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- b) Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- c) Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pela Contratada;
- d) Fiscalizar a manutenção, pela Contratada, das condições de habilitação e qualificação exigidas no inciso XIII do art. 55 da Lei nº 8.666/93.
- e) Fornecer alimentação para o motorista da contratada;
- f) Comunicar a Contratada no prazo máximo de 5 (cinco) dias, em caso de suspensão do serviço;
- g) Fornecer combustível apenas na quantidade necessária para execução do serviço;

**2. São obrigações da CONTRATADA:**



Município de Presidente Olegário - MG

Pç. Dr. Castilho – 10, Centro – 38750-000

☎ (34) 3811-1560 - (34) 3811-1231

[www.po.mg.gov.br](http://www.po.mg.gov.br) - E-mail: [compras@po.mg.gov.br](mailto:compras@po.mg.gov.br)

- a) Executar, satisfatoriamente, o serviço de acordo com a solicitação da Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Meio Ambiente, Secretaria Municipal de Estradas e Transportes.
- b) Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual;
- c) Relatar ao Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da execução do contrato;
- d) Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- e) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.
- f) Ficam as empresas científicas de que deverão responsabilizar-se por quaisquer questionamentos acerca do contratado, mormente judiciais, incluindo-se aqui todos os encargos e despesas diretas e indiretas, tais como: salários, transportes, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações e quaisquer outras que forem devidas aos seus empregados ou prepostos, no desempenho do objeto ora contratado, ficando ainda, a Contratante, isenta de qualquer vínculo empregatício com os mesmos.
- g) Após ser comunicada pelo município, a contratada deverá providenciar, em até 12 horas, os reparos que se fizerem necessários (mecânicos, elétricos e quaisquer outros).
- h) Responsabilizar-se pela manutenção preventiva/corretiva, incluindo óleo lubrificante, filtros e o que mais se fizer necessário.
- i) Recolher assinatura de cada atendimento em planilha padrão fornecida pelo município, contendo nome completo, CPF e nome da propriedade da pessoa beneficiada.
- j) Fornecer combustível apenas na quantidade necessária para execução do serviço;
- k) Cumprir fielmente todas as determinações do Secretário Municipal de Agricultura.

#### CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES

1. Pelos serviços adquiridos no objeto deste contrato, a **CONTRATANTE** pagará a **CONTRATADA**, o valor estimado de R\$ .\_\_\_\_,\_\_\_\_ (\_\_\_\_), conforme tabela transcrita:

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
001	LOCAÇÃO DE CAMINHÃO PIPA 1	M	6		
002	LOCAÇÃO DE CAMINHÃO PIPA 2	M	6		
003	LOCAÇÃO DE CAMINHÃO PIPA 3	M	6		
<b>Total Geral:</b>					

2. Os pagamentos serão efetuados após a emissão da Nota Fiscal, cumpridas todas as formalidades legais anteriores a este ato.

3. Os pagamentos serão efetuados de maneira quinzenal ou mensal, conforme planilha de medição apresentada.

4. Os pagamentos serão efetuados, em até 10 dias, através de crédito em conta corrente bancária, devendo a empresa vencedora apresentar o número de conta, o banco e a agência junto ao corpo da Nota Fiscal ou em anexo.

**4.1. - Em caso de alteração de conta bancária, a contratada deverá comunicar, formalmente, à Secretaria Municipal de Fazenda para que seja feita a retificação da conta cadastrada.**

#### CLÁUSULA QUINTA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

1. Poderão ser realizadas alterações contratuais, com as devidas justificativas, respeitada a conformidade com o artigo 65 da lei 8.666/93.

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Para atender às despesas decorrentes desta contratação, serão utilizados os recursos provenientes da seguinte dotação orçamentária:

**615 - 02.07.01.17.511.1702.2040.3.3.90.39.00.Outros Serv. Terceiros - Pessoa Jurídica**

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO

1. A presente ata de registro de preços terá vigência de **06 (seis) meses, contados a partir da data de sua assinatura**, podendo ser prorrogado tal prazo a juízo da Administração Municipal por meio de **TERMO ADITIVO** na forma da Lei nº. 8.666/93.

2. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor e desde que ocorra motivo aceito pela administração conforme determinação do Decreto 7892 de 23 de janeiro de 2013, não podendo ultrapassar o total de doze meses incluindo as eventuais prorrogações.



## **CLÁUSULA OITAVA – DOS SERVIÇOS**

1. A **CONTRATADA** se responsabiliza pela execução dos serviços, conforme objeto do presente contrato, que deverá ser iniciada após a emissão da Ordem de Serviço.
2. **Caso haja precipitação pluviométrica suficiente para garantir o abastecimento natural de água nas localidades, os serviços deverão ser cessados e o contrato poderá ser rescindido. Destarte, fica de responsabilidade do Secretário Municipal de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Meio Ambiente comunicar à Contratada no prazo máximo de 5 (dias) a suspensão do serviço.**
3. A água distribuída nas localidades **deverá ser potável.**
4. Não será permitido à **CONTRATADA** prestar serviços a terceiros durante a vigência do contrato com esse município, exceto em acasos mediante autorização do Secretário Municipal de Agricultura.
5. O serviço será executado de segunda a sexta-feira, compreendendo 8 horas diárias, salvo em contingências.
6. O motorista, a manutenção do caminhão e quaisquer outras despesas que se fizerem necessárias serão de responsabilidade exclusiva da Contratada.
7. A prefeitura se responsabilizará pelo custo do combustível, e ressalta-se que não será permitido o abastecimento em galões.
8. Os caminhões deverão ficar nas localidades de Andrequicé, Cruzeiro da Prata e na sede da Secretaria Municipal de Estradas e Transportes. Portanto no Andrequicé e no Cruzeiro da Prata, os caminhões deverão atender toda a região, em conformidade com a solicitação do Secretário Municipal Júlio dos Reis Pereira, por outro lado, o caminhão localizado na Secretaria Municipal de Estradas e Transportes, deverá acatar todas as determinações do Secretário Municipal José Simão Porto.
9. Os caminhões situados nas localidades rurais só deverão se deslocar até a sede do Município para abastecimento ou por eventualidades.
10. A prefeitura fornecerá alimentação para o motorista, em contrapartida o aposento será de responsabilidade do mesmo.
11. Para a execução do serviço, é necessário que os caminhões possuam as seguintes características:
  - a. Caminhão toco, turbinado/reduzido;
  - b. Estrutura básica de segurança;
  - c. Tanque com capacidade de 8000L de água;
  - d. Altura máxima de 3,00m do solo até o ponto mais alto;
  - e. Bomba acoplada para “carregar/descarregar” água;
  - f. Mangote com extensão mínima de 20m;
12. Deverá a contratada disponibilizar os motoristas para condução dos veículos.
13. A **CONTRATADA** do certame fica obrigada a cumprir fielmente todas as determinações do Secretário Municipal de Agricultura.
14. Nas localidades de Andrequicé e Cruzeiro da Prata, os Fiscais do contrato acompanharão a execução do serviço para averiguarem o correto andamento do mesmo sendo eles:
  - 14.1 - Comunidade de Andrequicé: Ronildo Gabriel da Silva, contato (34) 99794-6715;
  - 14.2 - Cruzeiro da Prata: Juscelino Alves Neto, Contato (34) 3811-3018
15. Na comunidade de Cruzeiro da Prata possui dois pontos de captação estratégicos, sendo um a 7km, no Rio do Peixe e outro a 16 km da comunidade no Córrego Espírito Santo, já na comunidade do Andrequicé a captação fica na comunidade mesmo e na galena fica a 1,5 km da comunidade
16. A não execução, a execução incompleta ou insatisfatória dos serviços, além do descumprimento das cláusulas sujeitará à contratada as sanções administrativas previstas neste instrumento.

## **CLÁUSULA NONA - DAS SANÇÕES**

1. O não cumprimento das obrigações assumidas pela **CONTRATADA** ensejará a aplicação das seguintes penalidades:
    - a) Advertência, por escrito;
    - b) Multa, conforme disposto neste instrumento contratual;
    - c) Suspensão temporária do direito de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública Local, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
    - d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
  2. Será aplicada multa de 20% (vinte por cento) do valor do contrato, nas hipóteses de rescisão contratual por inexecução total do contrato, caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações contratuais, quando a entrega for inferior a 50% (cinquenta por cento) do contratado ou quando o atraso ultrapassar o prazo limite de 30 (trinta dias).
  3. O valor correspondente a qualquer multa aplicada à **CONTRATADA**, respeitado o princípio do contraditório e da ampla defesa, deverá ser depositado no prazo máximo de 10 (dez) dias, após o recebimento da notificação, na forma
-





Município de Presidente Olegário - MG  
Pç. Dr. Castilho – 10, Centro – 38750-000  
☎ (34) 3811-1560 - (34) 3811-1231

[www.po.mg.gov.br](http://www.po.mg.gov.br) - E-mail: [compras@po.mg.gov.br](mailto:compras@po.mg.gov.br)

definida pela legislação, em favor da PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE OLEGÁRIO MG ficando a contratada obrigada a comprovar o pagamento, mediante a apresentação da cópia do recibo do depósito efetuado.

4. Decorrido o prazo de 10 (dez) dias para recolhimento da multa, o débito será acrescido de 1% (um por cento) de juros de mora por mês/fração, inclusive referente ao mês da quitação/consolidação do débito, limitado o pagamento com atraso em até 60 (sessenta) dias após a data da notificação, após o qual, o débito poderá ser cobrado judicialmente.

5. No caso da contratada ser credora de valor suficiente ao abatimento da dívida, a PREFEITURA poderá proceder ao desconto da multa devida na proporção do crédito.

6. Se a multa aplicada for superior ao total dos pagamentos eventualmente devidos, a empresa licitante vencedora responderá pela sua diferença, podendo esta ser cobrada judicialmente.

7. As multas não têm caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá a contratada de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto à PREFEITURA, decorrentes das infrações cometidas

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO**

Fica eleito o foro da Comarca de Presidente Olegário – MG, como único competente para dirimir as dúvidas ou controvérsias resultantes da interpretação deste contrato, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim ajustadas, as partes, com as testemunhas abaixo, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Presidente Olegário/MG, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

---

#### **MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO**

*João Carlos Nogueira de Castilho*

*Prefeito Municipal*

---

#### **Secretário Municipal de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Meio Ambiente**

*Júlio dos Reis Pereira*

---

#### **Secretário Municipal de Estradas e Transportes**

*José Simão Porto*

---

#### **RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA**

*Representante Legal:*

#### **TESTEMUNHAS:**

I - \_\_\_\_\_  
*Élcio Donizete Fernandes CPF: 634.809.051-53.*

II - \_\_\_\_\_  
*Fabírcia Cristina Carvalho Barbosa Gomes CPF: 096.833.046-05.*



**PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 065/2018**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº. 044/2018**

**SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/18**

**ANEXO VIII**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**I – DO OBJETO:**

**REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL LOCAÇÃO DE CAMINHÕES PIPA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NAS LOCALIDADES RURAIS, DESTE MUNICÍPIO, ASSOLADAS PELO PERÍODO DE ESTIAGEM.**

**II – DA UNIDADES REQUISITANTES:**

1. Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Meio Ambiente.

**III – DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:**

1. A presente contratação faz-se necessária para distribuição de água potável nas localidades rurais tendo em vista o período de estiagem que atinge o município.
2. A escolha do pregão tipo menor preço - item está amparada nas Leis nº 8.666/93 e 10.520/02.

**IV – DA EXECUÇÃO**

1. A Licitante vencedora do certame se responsabiliza pela execução dos serviços, conforme objeto do presente Edital, que deverá ser iniciada após a emissão da Ordem de Serviço. A convocação para a contratação dos licitantes, será realizada em conformidade com a classificação após a licitação.
2. **Caso haja precipitação pluviométrica suficiente para garantir o abastecimento natural de água nas localidades, os serviços deverão ser cessados e o contrato poderá ser rescindido. Destarte, fica de responsabilidade do Secretário Municipal de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Meio Ambiente comunicar à Contratada no prazo máximo de 5 (dias) a suspensão do serviço.**
3. A água distribuída nas localidades **deverá ser potável.**
4. Não será permitido a licitante vencedora do certame prestar serviços a terceiros durante a vigência do contrato com esse município, exceto em acasos mediante autorização do Secretário Municipal de Agricultura.
5. O serviço será executado de segunda a sexta-feira, compreendendo 8 horas diárias, salvo em contingências.
6. O motorista, a manutenção do caminhão e quaisquer outras despesas que se fizerem necessárias serão de responsabilidade exclusiva da Contratada.
7. A prefeitura se responsabilizará pelo custo do combustível, e ressalta-se que não será permitido o abastecimento em galões.
8. Os caminhões deverão ficar nas localidades de Andrequicé, Cruzeiro da Prata e na sede da Secretaria Municipal de Estradas e Transportes. Portanto no Andrequicé e no Cruzeiro da Prata, os caminhões deverão atender toda a região, em conformidade com a solicitação do Secretário Municipal Júlio dos Reis Pereira, por outro lado, o caminhão localizado na Secretaria Municipal de Estradas e Transportes, deverá acatar todas as determinações do Secretário Municipal José Simão Porto.



9. Deste modo, os caminhões situados nas localidades rurais só deverão se deslocar até a sede do Município para abastecimento ou por eventualidades.

10. A prefeitura fornecerá alimentação para o motorista, em contrapartida o aposento será de responsabilidade do mesmo.

11. Para a execução do serviço, é necessário que os caminhões possuam as seguintes características:

- a. Caminhão toco, turbinado/reduzido;
- b. Estrutura básica de segurança;
- c. Tanque com capacidade de 8000L de água;
- d. Altura máxima de 3,00m do solo até o ponto mais alto;
- e. Bomba acoplada para “carregar/descarregar” água;
- f. Mangote com extensão mínima de 20m;

12. Deverá a contratada disponibilizar os motoristas para condução dos veículos.

13. A licitante vencedora do certame fica obrigada a cumprir fielmente todas as determinações do Secretário Municipal de Agricultura.

14. Nas localidades de Andrequicé e Cruzeiro da Prata, os fiscais do contrato, acompanharão a execução do serviço para averiguarem o correto andamento do mesmo, sendo eles:

14.1 - Comunidade de Andrequicé: Ronildo Gabriel da Silva, contato (34) 99794-6715;

14.2 - Cruzeiro da Prata: Juscelino Alves Neto, Contato (34) 3811-3018

15. Na comunidade de Cruzeiro da Prata possui dois pontos de captação estratégicos, sendo um a 7km, no Rio do Peixe e outro a 16 km da comunidade no Córrego Espírito Santo, já na comunidade do Andrequicé a captação fica na comunidade mesmo e na galena fica a 1,5 km da comunidade

**16. A não execução, a execução incompleta ou insatisfatória dos serviços, além do descumprimento das cláusulas sujeitará à contratada as sanções administrativas previstas neste instrumento.**

#### **V – DA CLASSIFICAÇÃO DOS BENS A SEREM ADQUIRIDOS:**

1. Nos termos do disposto no art. 1º da Lei Federal nº 10.520 de 17/07/2002, os bens a serem adquiridos são considerados bens comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade são objetivamente definidos no Edital, por meio de especificações usuais no mercado.

2. O fornecimento não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

#### **VI – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO:**

1. Este contrato terá vigência de 06 (seis) meses a contar da assinatura e poderá ser prorrogado caso haja interesse entre as partes e desde que em conformidade com o art. 57 da Lei 8.666/93

#### **VII – DA FORMA DE PAGAMENTO:**

1. Os pagamentos serão efetuados após emissão de Nota Fiscal Eletrônica em conformidade com a legislação vigente, em até 10 dias, que deverá estar de acordo com a Nota de Autorização de Fornecimento emitida pelo órgão competente do Município de Presidente Olegário, cumpridas todas as formalidades legais anteriores a este ato, incluídas nestas a entrega e o atestado de recebimento dos produtos.

2. Os pagamentos serão efetuados de maneira quinzenal ou mensal, conforme planilha de medição.

3. O pagamento será efetuado através de crédito em conta corrente bancária, devendo a empresa vencedora apresentar o número da mesma, o banco e a agência junto ao corpo da Nota Fiscal ou em anexo.

**3.1. Em caso de alteração de conta bancária, a contratada deverá comunicar, formalmente, à Secretaria Municipal de Fazenda para que seja feita a retificação da conta cadastrada.**

---



#### **VIII – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:**

1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
2. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
3. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pela Contratada;
4. Fiscalizar a manutenção, pela Contratada, das condições de habilitação e qualificação exigidas no inciso XIII do art. 55 da Lei nº 8.666/93.
5. Fornecer alimentação para o motorista da contratada;
6. Comunicar a Contratada no prazo máximo de 5 (cinco) dias, em caso de suspensão do serviço;
7. Fornecer combustível apenas na quantidade necessária para execução do serviço;

#### **VII – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

1. Executar, satisfatoriamente, o serviço de acordo com a solicitação da Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Meio Ambiente, Secretaria Municipal de Estradas e Transportes.
2. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual;
3. Relatar ao Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da execução do contrato;
4. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
5. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.
6. Ficam as empresas científicas de que deverão responsabilizar-se por quaisquer questionamentos acerca do contratado, mormente judiciais, incluindo-se aqui todos os encargos e despesas diretas e indiretas, tais como: salários, transportes, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações e quaisquer outras que forem devidas aos seus empregados ou prepostos, no desempenho do objeto ora contratado, ficando ainda, a Contratante, isenta de qualquer vínculo empregatício com os mesmos.
7. Após ser comunicada pelo município, a contratada deverá providenciar, em até 12 horas, os reparos que se fizerem necessários (mecânicos, elétricos e quaisquer outros).
8. Responsabilizar-se pela manutenção preventiva/corretiva, incluindo óleo lubrificante, filtros e o que mais se fizer necessário.
9. Recolher assinatura de cada atendimento em planilha padrão fornecida pelo município, contendo nome completo, CPF e nome da propriedade da pessoa beneficiada.
10. Fornecer combustível apenas na quantidade necessária para execução do serviço;
11. Cumprir fielmente todas as determinações do Secretário Municipal de Agricultura.
12. **Executar os serviços em conformidade com a Cláusula Quarta deste Termo.**

#### **VIII – DA SUBCONTRATAÇÃO:**

1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

#### **IX – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:**

1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 8.666/1993 e da Lei nº 10.520/2002, a Contratada que:
    - 1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
-



- 1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
  - 1.3. fraudar na execução do contrato;
  - 1.4. comportar-se de modo inidôneo;
  - 1.5. cometer fraude fiscal;
  - 1.6. não manter a proposta.
2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- 2.1. Advertência;
  - 2.2. Multa, nos seguintes percentuais:
    - 2.2.1. 0,3% (três décimos por cento) sobre o valor total do serviço, por dia de atraso na inexecução do contrato;
    - 2.2.2. 3,0% (três por cento) sobre o valor total do serviço, por inexecução parcial das obrigações contratuais;
    - 2.2.3. 10% (dez por cento) sobre o valor total do serviço, por inexecução total das obrigações contratuais.
  - 2.3. Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração Municipal, conforme disposto no inciso III do art. 87 da Lei nº 8.666/93;
  - 2.4. Impedimento de licitar e contratar;
  - 2.5. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, nos termos do inciso V do art. 87 da Lei nº 8.666/93.

#### **X – DAS CONDIÇÕES GERAIS:**

1. A Secretaria Municipal requisitante reserva para si o direito de não aceitar qualquer produto/serviço em desacordo com o previsto no Termo de Referência ou em desconformidade com as normas legais e/ou técnicas pertinentes ao objeto.
2. Os quantitativos previstos poderão variar, para mais ou para menos, sem que isso implique em alteração dos preços ofertados, em obediência ao disposto no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.
3. Este Termo de Referência é regido pelas normas de direito público, aplicando-se, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma dos arts. 54 e 55, XII, da Lei nº 8.666/93.

**Júlio dos Reis Pereira**  
**Secretário Municipal de Agricultura, Pecuária,**  
**Abastecimento e Meio Ambiente**  
**Município de Presidente Olegário-MG**